

# ÍNDICE SISTEMÁTICO

---

<i>Sumário</i> .....	V
<b>Capítulo I – Introdução ao Processo</b> .....	<b>1</b>
1.1. Finalidade do Processo .....	1
1.2. Princípios do Processo .....	1
1.2.1. Verdade real .....	2
1.2.2. Princípio da oficialidade .....	2
1.2.3. Princípio da legalidade .....	2
1.2.4. Princípio da indisponibilidade .....	3
1.2.5. Princípio da publicidade .....	3
1.2.6. Princípio do estado de inocência .....	5
1.2.7. Princípio do <i>favor rei</i> .....	6
1.2.8. O princípio da oralidade e seus consectários .....	6
1.2.8.1. Introdução .....	6
1.2.9. A oralidade no processo penal brasileiro .....	7
1.2.9.1. O problema da linguagem .....	7
1.2.9.2. Oralidade: aspectos introdutórios .....	9
1.2.9.3. Oralidade dos atos propriamente dita .....	10
1.2.9.4. Concentração .....	12
1.2.9.5. Imediação .....	14
1.2.9.6. Identidade física do juiz .....	16
1.3. Algumas Garantias Constitucionais .....	17
1.3.1. Introdução .....	17
1.3.2. O devido processo legal .....	17
1.3.3. Contraditório .....	19
1.3.3.1. Aspectos gerais .....	19
1.3.3.2. Juiz imparcial, partes e igualdade processual .....	19
1.3.4. Ampla defesa: autodefesa e defesa técnica .....	20
1.3.5. Direito à prova e decisões motivadas .....	22
<b>Capítulo II – Sistemas Processuais</b> .....	<b>25</b>
2.1. Sistemas Processuais .....	25
2.1.1. O sistema acusatório .....	25
2.1.2. Sistema inquisitivo .....	26
2.1.3. Sistema misto .....	27
<b>Capítulo III – Lei Processual no Tempo e no Espaço</b> .....	<b>29</b>
3.1. A Lei Processual Penal no Espaço .....	29
3.2. A Lei Processual Penal no Tempo .....	29
3.2.1. A modificação da competência .....	30
3.2.2. Normas mistas (penais e processuais) .....	31

Capítulo IV – Do Inquérito Policial .....	37
4.1. O Inquérito Policial: Preparação para a Ação Penal .....	37
4.1.1. Aspectos introdutórios e origem do inquérito policial .....	37
4.1.2. Breves notas sobre o inquérito: características e finalidade .....	38
4.1.2.1. Finalidade do inquérito e Polícia Judiciária .....	38
4.1.2.2. Características do inquérito policial .....	39
4.1.3. <i>Notitia criminis</i> .....	42
4.1.4. Início do Inquérito Policial .....	42
4.1.4.1. De ofício .....	42
4.1.4.2. Requisição .....	43
4.1.4.3. Requerimento do ofendido .....	44
4.1.4.4. Representação .....	45
4.1.4.5. Auto de prisão em flagrante .....	46
4.1.4.5.1. Introdução: da prisão em flagrante .....	46
4.1.4.5.2. Sujeito ativo da prisão em flagrante .....	47
4.1.4.5.3. Sujeito passivo da prisão em flagrante .....	47
4.1.4.5.4. Ação pública condicionada e privada .....	50
4.1.4.5.5. Espécies de flagrante .....	51
I – Introdução .....	51
II – Flagrante em sentido próprio .....	52
III – Flagrante Impróprio (quase-flagrante) .....	52
IV – Flagrante presumido (ou ficto) .....	52
V – Ação Controlada: flagrante diferido e interdição policial .....	53
4.1.4.5.6. Auto de prisão em flagrante: formalidades .....	53
4.1.4.5.7. Relaxamento da prisão .....	55
4.1.4.5.8. Flagrante preparado e esperado .....	55
4.1.4.5.9. Flagrante preparado e infiltração de agente policial .....	56
4.1.4.5.10. Relaxamento da prisão em flagrante .....	57
4.1.5. Breves notas sobre a realização do inquérito policial .....	57
4.1.5.1. Introdução .....	57
4.1.5.2. Diligências .....	58
4.1.5.2.1. Preservação do estado das coisas .....	58
4.1.5.2.2. Apreensão de instrumentos e outros objetos .....	58
4.1.5.2.3. Oitiva da vítima e testemunhas .....	58
4.1.5.2.4. Oitiva do indiciado; sua identificação e incomunicabilidade .....	59
4.1.5.2.5. Dos exames periciais .....	60
4.1.5.2.6. Reconhecimentos e acareações .....	61
4.1.6. Conclusão do inquérito policial .....	61
4.1.7. Os controles dos artigos 10 e 16 do Código de Processo Penal .....	63
4.1.8. O arquivamento e o desarquivamento do inquérito policial .....	64
4.1.9. O termo circunstanciado e o inquérito policial .....	66
4.1.9.1. Quem pode elaborar o termo .....	69
4.1.9.2. A obrigatoriedade do termo circunstanciado .....	71
4.1.10. Controle externo da atividade policial e a investigação pelo MP .....	73
4.1.10.1. Conceito e fundamentos .....	73
4.1.10.2. Necessidade do exercício da função institucional .....	74
4.1.10.3. Limites do controle externo .....	75
4.1.10.4. Instrumentos para o exercício do controle externo .....	77
4.1.10.5. A investigação a cargo do Ministério Público .....	78

Capítulo V – Ação Penal . . . . .	87
5.1. Conceito e Fundamento Constitucional . . . . .	87
5.1.1. Introdução . . . . .	87
5.1.2. Natureza jurídica do direito de ação . . . . .	87
5.2. Classificação da Ação Penal . . . . .	88
5.2.1. O Ministério Público e o ofendido . . . . .	88
5.2.2. Com base na tutela jurisdicional invocada . . . . .	88
5.2.3. Classificação subjetiva . . . . .	88
5.2.3.1. Ação penal pública . . . . .	88
5.2.3.2. Ação penal privada . . . . .	88
5.2.3.3. Legitimidade concorrente entre o MP e o Ofendido . . . . .	89
5.3. Condições da Ação Penal . . . . .	91
5.3.1. Condições genéricas . . . . .	91
5.3.1.1. Possibilidade jurídica do pedido . . . . .	91
5.3.1.2. “Legitimidade <i>ad causam</i> ” ou legitimidade para agir . . . . .	91
5.3.1.3. Interesse de agir . . . . .	92
5.3.1.4. Falta de justa causa . . . . .	95
5.3.2. Condições específicas . . . . .	96
5.4. Ação Penal Pública Incondicionada . . . . .	96
5.4.1. Conceito . . . . .	96
5.4.2. Princípios da ação penal pública . . . . .	96
5.4.2.1. Oficialidade . . . . .	96
5.4.2.2. Indisponibilidade . . . . .	96
5.4.2.3. Obrigatoriedade . . . . .	97
5.4.2.4. Indivisibilidade . . . . .	100
5.4.2.5. Intranscendência . . . . .	100
5.4.3. Como se inicia a ação penal pública . . . . .	101
5.4.3.1. Aspecto Formal . . . . .	101
5.4.3.2. Recebimento ou rejeição da denúncia . . . . .	103
5.4.3.2.1. Introdução . . . . .	103
5.4.3.2.2. Prazo e suas conseqüências . . . . .	104
5.4.3.2.3. Devolução do inquérito à polícia e aplicação do art. 28 do CPP . . . . .	104
5.4.3.2.4. Arquivamento e ação penal privada subsidiária à pública . . . . .	105
5.4.3.2.5. Arquivamento do Inquérito e o art. 28 do CPP . . . . .	106
I – Introdução . . . . .	106
II – Pedido tácito ou indireto de arquivamento . . . . .	108
III – Promotor de Justiça que se recusa a analisar o inquérito ou processo . . . . .	109
IV – Hipóteses de interpretação analógica e extensiva do art. 28 do CPP . . . . .	110
V – Competência originária dos tribunais e pedido de arquivamento . . . . .	112
VI – Revisão do pedido de arquivamento sem provocação judicial . . . . .	113
VII – O acolhimento do pedido de arquivamento e suas conseqüências . . . . .	113
5.5. Ação Penal Pública Condicionada . . . . .	115
5.5.1. Conceito . . . . .	115
5.5.2. Representação – natureza jurídica . . . . .	115
I – Condição objetiva de punibilidade . . . . .	115
II – Condição de procedibilidade . . . . .	116
III – A representação como possibilidade jurídica do pedido . . . . .	116
5.5.3. Destinatários da representação . . . . .	116
5.5.4. Legitimidade para representar . . . . .	117
5.5.5. Morte do ofendido . . . . .	118

5.5.6. Prazo para a representação e o conceito de conhecimento da autoria .....	118
5.5.6.1. Prazo para a representação .....	118
5.5.6.2. Prazo para o exercício do direito na hipótese de morte do ofendido .....	119
5.5.6.3. Prazo para representação e queixa na hipótese de ofendido menor .....	120
5.5.6.4. Conceito de conhecimento da autoria .....	121
5.5.7. Retratação da representação .....	121
5.5.8. Retratação tácita .....	122
5.5.9. Eficácia objetiva da representação .....	122
5.5.10. Requisição do Ministro da Justiça .....	122
5.6. Ação Penal Privada .....	123
5.6.1. Conceito .....	123
5.6.2. Princípios .....	125
5.6.2.1. Oportunidade e renúncia ao direito de queixa .....	125
5.6.2.2. Disponibilidade: perdão, desistência e perempção .....	127
5.6.2.2.1. Aspectos gerais .....	127
5.6.2.2.2. Perdão do ofendido .....	127
5.6.2.2.3. Perempção .....	127
I – Conceito .....	127
II – Hipóteses de perempção .....	128
a) A inércia do querelante .....	128
b) A morte ou a incapacidade do querelante .....	128
c) A ausência do querelante a qualquer ato do processo .....	129
d) A falta de pedido de condenação .....	129
e) A extinção da pessoa jurídica .....	130
5.6.2.3. Indivisibilidade .....	130
5.6.2.4. Intranscendência .....	130
5.6.3. Legitimidade para promover a ação e requisitos da procuração (CPP, art. 44) .....	130
5.6.4. Prazos .....	131
5.6.5. Custas .....	132
5.7. Ação Penal Privada Personalíssima .....	132
5.8. Ação Penal Privada Subsidiária à Pública .....	132
5.9. Ação Penal dos Crimes contra os Costumes .....	133
5.9.1. Ação de iniciativa privada .....	133
5.9.2. Ação de iniciativa pública condicionada .....	134
5.9.3. Ação pública incondicionada .....	136
5.9.3.1. Crime contra os costumes com resultado morte ou lesão grave .....	136
5.9.3.2. Crime praticado por pai, padrasto, tutor ou curador .....	136
5.9.3.3. Crime praticado com violência real .....	137
5.9.3.4. A Súmula nº 608 do Supremo Tribunal Federal e a Lei nº 9.099/95 .....	139
5.10. Ação Penal de Competência Originária .....	140
5.10.1. Introdução: preparação para a ação penal .....	140
5.10.2. Prisão em flagrante: Promotor de Justiça ou Juiz de Direito .....	141
5.10.3. O procedimento propriamente dito .....	141
5.10.4. O agravo regimental .....	144
5.10.5. O procedimento da exceção da verdade .....	144
5.11. Ação penal popular .....	145
Capítulo VI – Ação Civil de Reparação de Dano .....	149
6.1. A Reparação do Dano .....	149
6.2. A Responsabilidade Penal e a Responsabilidade Civil .....	150
6.3. A Execução Civil da Sentença Condenatória e a Ação Civil <i>Ex Delicto</i> .....	152

6.3.1. O Ministério Público e a ação civil <i>ex delicto</i> .....	154
Capítulo VII – Prisão .....	157
7.1 Aspectos Gerais .....	157
7.1.1. Noções introdutórias .....	157
7.1.2. Da prisão decorrente de sentença condenatória .....	158
7.1.2.1. Espécies de penas privativas de liberdade .....	159
7.1.3. A prisão administrativa, a prisão disciplinar e a prisão civil .....	159
7.1.3.1. Prisão disciplinar .....	159
7.1.3.2. Prisão administrativa .....	160
7.1.3.3. Prisão civil .....	161
7.1.4. Estado de defesa e estado de sítio .....	162
7.1.5. A prisão cautelar de natureza processual .....	163
7.1.5.1. Prisão especial .....	165
7.1.6. O mandado de prisão e o seu cumprimento .....	165
7.2. Da Prisão em Flagrante .....	168
7.2.1. Natureza jurídica .....	168
7.2.2. Espécies de flagrante .....	169
7.2.2.1. Flagrante em sentido próprio .....	170
7.2.2.2. Flagrante impróprio (quase-flagrante) .....	170
7.2.2.3. Flagrante presumido (ou ficto) .....	171
7.2.3. Relaxamento da prisão .....	171
7.2.4. Flagrante preparado e esperado .....	172
7.2.5. Auto de prisão em flagrante .....	173
7.2.5.1. Introdução .....	173
7.2.5.2. Sujeito ativo da prisão em flagrante .....	173
7.2.5.3. Sujeito passivo da prisão em flagrante .....	173
7.2.5.4. Ação pública condicionada e privada .....	175
7.2.5.5. Auto de prisão em flagrante – formalidades .....	176
7.2.6. Prisão em flagrante e infração penal de menor potencial ofensivo .....	178
7.3. Da Prisão Preventiva .....	179
7.3.1. Natureza jurídica .....	179
7.3.2. Requisitos cautelares – <i>fumus boni juris e periculum in mora</i> .....	180
7.3.2.1. Garantia da ordem pública .....	181
7.3.2.2. Conveniência da instrução criminal .....	182
7.3.2.3. Segurança da aplicação da pena .....	182
7.3.2.4. Garantia da ordem econômica .....	182
7.3.3. Hipóteses legais .....	182
7.3.4. Requerimento, decretação e oportunidade .....	183
7.3.5. Fundamentação e revogação .....	183
7.3.6. Casos onde não se decreta a preventiva .....	184
7.3.7. Apresentação espontânea do acusado .....	184
7.4. Prisão Decorrente da Decisão de Pronúncia .....	184
7.4.1. O procedimento do júri e a decisão de pronúncia .....	184
7.4.2. A prisão decorrente da pronúncia .....	185
7.5. Prisão Temporária (Lei nº 7.960/89) .....	186
7.5.1. Conceito e natureza jurídica .....	186
7.5.2. Requisitos cautelares .....	187
7.5.2.1. <i>Fumus boni juris</i> .....	187
7.5.2.2. <i>Periculum in mora</i> .....	187

7.5.3. Hipóteses legais .....	188
7.5.4. Requerimento, decretação e prazos. Generalidades .....	189
Capítulo VIII – Liberdade Provisória .....	191
8.1. Conceito .....	191
8.2. Liberdade sem Fiança e com Vinculação .....	191
8.3. Liberdade Provisória e Crime Hediondo .....	193
8.4. Liberdade sem Fiança e sem Vinculação .....	195
8.5. Liberdade Provisória com Fiança .....	196
8.5.1. Fiança: conceito e finalidade .....	196
8.5.2. Admissibilidade da fiança .....	196
8.5.3. Quem pode conceder e o momento .....	199
8.5.4. Obrigações do afiançado .....	199
8.5.5. Fixação do valor da fiança .....	200
8.5.6. Extinção da fiança .....	200
8.5.7. Execução da fiança .....	201
Capítulo IX – Jurisdição e Competência .....	203
9.1. Jurisdição e Competência. Conceitos .....	203
9.2. Princípios da Jurisdição .....	204
9.2.1. Inércia da jurisdição .....	204
9.2.2. Investidura .....	204
9.2.3. Indeclinabilidade de jurisdição .....	205
9.2.4. Inevitabilidade .....	205
9.2.5. Indelegabilidade de jurisdição .....	205
9.2.6. Improrrogabilidade de jurisdição .....	205
9.2.7. Juiz natural .....	206
9.2.8. Unidade de jurisdição .....	207
9.2.9. Princípio da aplicação jurisdicional da pena .....	208
9.2.10. Princípio do promotor natural .....	208
9.2.10.1. O trinômio unidade – indivisibilidade – independência .....	210
9.2.10.2. Suposta regra do procurado da justiça natural .....	216
9.2.11. Princípio da substitutividade .....	218
9.2.12. Princípio da complementaridade da jurisdição .....	218
9.2.13. Princípio da definitividade .....	218
9.2.14. Princípio da identidade física do juiz .....	218
9.2.15. Princípio do duplo grau de jurisdição .....	218
9.3 Formas e Divisões da Jurisdição .....	219
9.4. Competência .....	219
9.4.1. Introdução .....	219
9.4.2. Competência – lugar da infração .....	220
9.4.2.1. Crimes materiais .....	220
9.4.2.2. Crimes formais .....	221
9.4.2.3. Crimes de mera conduta .....	221
9.4.2.4. Crimes omissivos: próprios e impróprios .....	221
9.4.2.5. Crimes qualificados pelo resultado .....	222
9.4.2.6. Crimes permanentes e continuados .....	222
9.4.2.7. Crime tentado .....	223
9.4.2.8. Crimes a distância .....	223
9.4.2.9. Limite de duas ou mais comarcas .....	223
9.4.2.10. Infrações penais de menor potencial ofensivo .....	223

9.4.2.11. Crimes praticados fora do território nacional, em embarcações e aeronaves (CPP, art. 88) .....	224
9.4.3. Competência – domicílio do réu .....	225
9.4.3.1. Ação penal privada .....	226
9.4.4. Competência pela natureza da infração .....	226
9.4.4.1. Competência dos juizados especiais criminais .....	228
9.4.5. Competência por distribuição .....	229
9.4.5.1. A distribuição e o princípio do juiz natural .....	229
9.4.6. Competência por prevenção .....	230
9.4.7. Competência por prerrogativa de função .....	231
9.4.7.1. Observações .....	234
9.4.7.1.1. Crimes de responsabilidade .....	234
9.4.7.1.2. Deslocamento da competência durante o processo .....	234
9.4.7.1.3. Da exceção de verdade e prerrogativa de função .....	235
9.4.7.1.4. Crime cometido fora do Estado onde se exerce a função que assegura o foro especial .....	235
9.4.7.1.5. Prerrogativa de função e crime doloso contra a vida .....	236
9.4.8. Conexão e continência .....	236
9.4.8.1. Introdução .....	236
9.4.8.2. Espécies de conexão .....	238
9.4.8.3. Conexão intersubjetiva .....	238
9.4.8.3.1. Intersubjetiva por simultaneidade .....	238
9.4.8.3.2. Intersubjetiva por concurso .....	238
9.4.8.3.3. Intersubjetiva por reciprocidade .....	239
9.4.8.4. Conexão material, lógica ou teleológica .....	239
9.4.8.5. Conexão probatória, instrumental ou processual .....	239
9.4.8.6. Espécies de continência .....	239
9.4.8.7. Continência por cumulação subjetiva .....	239
9.4.8.8. Continência por cumulação objetiva .....	240
9.4.8.9. Conexão e continência com as infrações de menor potencial ofensivo .....	241
9.4.9. Regras para fixação de foro .....	241
9.4.9.1. Introdução .....	241
9.4.9.2. Concurso entre o júri e outra jurisdição .....	242
9.4.9.3. Jurisdições da mesma categoria .....	242
9.4.9.3.1. Infração mais grave .....	242
9.4.9.3.2. Maior número de infrações .....	243
9.4.9.3.3. Demais casos pela prevenção .....	243
9.4.9.4. Jurisdições de categorias diversas .....	243
9.4.9.5. Jurisdição comum e especial .....	244
9.5. Exceções à Unidade do Processo .....	245
9.5.1. Jurisdição comum e militar .....	245
9.5.2. Justiça comum e de menores .....	246
9.5.3. Separação facultativa .....	246
9.5.4. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> .....	247
9.5.5. Reunião dos processos .....	248
9.6. Conflito de Competência .....	249
9.6.1. Introdução .....	249
9.6.2. Competência absoluta e relativa no processo penal .....	250
9.6.3. Conflito de competência ou jurisdição? .....	251
9.6.4. Quem poderá suscitar o conflito e de que forma? .....	251

9.6.5. Competência para dirimir os conflitos .....	252
9.6.6. Questões controvertidas de fixação de competência .....	253
9.7. Conflito de Atribuições – Ministério Público .....	255
9.7.1. Conflito de atribuições entre promotores de justiça de Estados diferentes .....	257
<b>Capítulo X – Das Exceções Processuais</b> .....	<b>261</b>
10.1. Introdução .....	261
10.2. Exceção de Suspeição .....	262
10.2.1. Definição .....	262
10.2.2. Causas geradoras da suspeição .....	262
10.2.3. Momento e forma de arguição .....	263
10.2.4. Suspeição na instância superior .....	264
10.3. Exceção de Incompetência .....	264
10.3.1. Introdução .....	264
10.3.2. Incompetência absoluta e relativa .....	264
10.3.3. Momento e forma de arguição .....	266
10.4. Exceção de Litispendência .....	266
10.4.1. Introdução .....	266
10.4.2. Momento e forma de arguição .....	266
10.4.3. Conseqüências .....	266
10.5. Exceção de Ilegitimidade de Parte .....	267
10.5.1. Introdução .....	267
10.5.2. Forma e momento .....	268
10.6. Exceção de Coisa Julgada .....	268
10.6.1. Introdução .....	268
10.6.2. Momento e conseqüências .....	268
<b>Capítulo XI – Medidas Assecuratórias</b> .....	<b>269</b>
11.1. Introdução .....	269
11.2. Restituição de Coisas Apreendidas .....	269
11.3. Do Seqüestro .....	270
11.3.1. Seqüestro de bens imóveis .....	270
11.3.1.1. Procedimento do seqüestro e interposição de embargos .....	271
11.3.2. Seqüestro de bens móveis .....	273
11.4. Hipoteca Legal .....	273
11.4.1. Procedimento da hipoteca legal .....	274
11.5. Arresto .....	274
11.5.1. Arresto do art. 136 .....	275
11.5.2. Arresto subsidiário do art. 137 .....	275
<b>Capítulo XII – Questões Prejudiciais</b> .....	<b>277</b>
12.1. Conceito .....	277
12.2. Espécies .....	277
12.3. Sistemas de Solução das Questões Prejudiciais .....	278
12.4. Questão Prejudicial Obrigatória – Art. 92 do CPP .....	278
12.4.1. Efeitos da prejudicialidade obrigatória .....	279
12.4.2. Intervenção do Ministério Público .....	279
12.5. Questão Prejudicial Facultativa – Art. 93 do CPP .....	280
12.5.1. Efeitos da prejudicialidade facultativa .....	280
12.5.2. Intervenção do Ministério Público .....	281
12.6. Recursos Cabíveis .....	281



Capítulo XIII – Prova no Processo Penal .....	283
13.1. Conceito e Finalidade .....	283
13.2. Objeto de Prova .....	283
13.2.1. Fato notório .....	284
13.2.2. Fato popularmente conhecido .....	284
13.2.3. Fatos admitidos pelas partes .....	284
13.2.4. Presunções .....	284
13.2.5. Direito .....	285
13.3. Limitações Especiais à Prova .....	285
13.3.1. Meios de prova .....	285
13.3.2. Limitações especiais .....	286
13.3.3. Provas ilegais: ilegítimas e ilícitas .....	286
13.3.3.1. Provas ilícitas e provas derivadas .....	290
13.4. Direito à Prova, Ônus da Prova e Prova Emprestada .....	291
13.4.1. Introdução .....	291
13.4.2. Condição de validade da prova .....	293
13.4.3. Prova emprestada .....	293
13.4.4. Ônus da prova .....	294
13.5. Sistemas de Apreciação de Provas .....	295
13.5.1. Introdução .....	295
13.5.2. Íntima convicção .....	295
13.5.3. Prova legal .....	295
13.5.4. Sistema da livre convicção .....	296
13.6. Das Provas em Espécie .....	297
13.6.1. Perícias em geral .....	297
13.6.2. Do corpo de delito .....	298
13.6.2.1. Perícias .....	300
13.6.3. Do interrogatório .....	301
13.6.3.1. Interrogatório por videoconferência e interrogatório <i>on-line</i> .....	304
13.6.3.2. Interrogatório na Lei nº 9.099/95 .....	307
13.6.3.3. Generalidades .....	307
13.7. Da Confissão .....	308
13.8. O Ofendido .....	309
13.8.1. Das perguntas ao ofendido .....	310
13.9. Das Testemunhas .....	311
13.9.1. Classificação das testemunhas .....	312
13.9.2. Depoimento – características .....	312
13.9.2.1. Regra da oralidade na prova testemunhal .....	312
13.9.3. Dever legal de depor .....	315
13.9.3.1. Compromisso de dizer a verdade .....	315
13.9.3.2. Contradita da testemunha .....	316
13.9.4. Local do depoimento .....	316
13.9.5. Retirada do réu da audiência .....	316
13.10. Do reconhecimento de pessoas e coisas .....	316
13.11. Acareação .....	317
13.12. Dos Documentos .....	318
13.12.1. Conceito e aspectos gerais .....	318
13.12.2. Dúvida quanto à autenticidade do documento .....	320
13.12.2.1. Procedimento do incidente de falsidade .....	320
13.12.3. Produção do documento como meio de prova .....	321

13.13. Dos Indícios . . . . .	322
13.14. Da Busca e Apreensão . . . . .	323
13.14.1. Conceito . . . . .	323
13.14.2. Oportunidade . . . . .	324
13.14.3. Iniciativa . . . . .	324
13.14.4. Espécies de busca . . . . .	324
13.14.4.1. Busca domiciliar . . . . .	324
13.14.4.2. Busca pessoal . . . . .	325
13.14.4.3. Fundada suspeita . . . . .	325
13.14.5. Generalidades . . . . .	326
13.15. A Interceptação de Comunicação Telefônica . . . . .	326
13.15.1. Considerações gerais . . . . .	326
13.15.2. Interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática . . . . .	327
13.15.3. Hipóteses de admissibilidade . . . . .	328
13.15.4. Processamento da interceptação telefônica . . . . .	329
<b>Capítulo XIV – Procedimentos Criminais . . . . .</b>	<b>331</b>
14.1. Ação. Processo. Procedimento . . . . .	331
14.2. Comunicação dos Atos do Processo . . . . .	333
14.2.1. Introdução . . . . .	333
14.2.2. Da citação . . . . .	333
14.2.2.1. Conceito . . . . .	333
14.2.2.2. Indispensabilidade da citação . . . . .	334
14.2.2.3. Classificação e espécies de citação . . . . .	334
14.2.2.3.1. Espécies de citação . . . . .	334
14.2.2.3.2. Citação por mandado . . . . .	335
14.2.2.3.3. Citação por precatória . . . . .	336
14.2.2.3.4. Citação do réu preso, do militar e do funcionário público . . . . .	336
14.2.2.3.5. Citação por carta rogatória e em legação estrangeira . . . . .	337
14.2.2.3.6. Citação por edital . . . . .	338
I – Edital de citação. Formalidades . . . . .	340
II – A citação por edital e seus efeitos . . . . .	341
III – Fatos criminosos praticados antes da vigência da Lei nº 9.271/96 . . . . .	343
IV – O prazo de suspensão do processo . . . . .	344
V – A produção antecipada de prova e a prova testemunhal . . . . .	344
VI – A prisão preventiva . . . . .	346
VII – Recurso cabível da decisão que suspende o processo . . . . .	346
14.2.2.3.7. Citação pessoal e revelia . . . . .	347
14.2.2.4. Citação no procedimento da Lei nº 9.099/95 . . . . .	348
14.2.3. Da intimação e da notificação . . . . .	349
14.2.3.1. Aspectos gerais . . . . .	349
14.2.3.2. Regras da intimação e notificação . . . . .	349
14.3. Procedimento Comum Ordinário – Reclusão . . . . .	351
14.3.1. Introdução . . . . .	351
14.3.2. Procedimento propriamente dito . . . . .	351
14.3.2.1. Denúncia. Prazo . . . . .	351
14.3.2.2. Citação e interrogatório . . . . .	352
14.3.2.3. Defesa prévia . . . . .	352
14.3.2.4. Instrução . . . . .	354
14.3.2.5. Diligências e alegações finais . . . . .	354
14.3.2.6. Julgamento . . . . .	357

14.3.2.7. Excesso de prazo . . . . .	357
14.4. Procedimento dos Juizados Especiais Criminais . . . . .	357
14.4.1. Introdução . . . . .	357
14.4.2. Regras norteadoras dos Juizados Especiais Criminais . . . . .	358
14.4.3. Competência dos Juizados Especiais Criminais . . . . .	360
14.4.3.1. Disposições gerais . . . . .	360
I – Das contravenções penais . . . . .	360
II – Dos crimes com penas máximas de um ano . . . . .	360
a) Aspectos gerais . . . . .	360
b) Causas especiais de aumento e diminuição . . . . .	360
c) Agravantes e atenuantes . . . . .	361
d) Continuidade delitiva e os concursos formal e material . . . . .	361
III – Procedimentos especiais . . . . .	362
14.4.3.2. Delimitação da jurisdição e prorrogação da competência . . . . .	363
I – Lugar da infração . . . . .	363
II – Conexão ou continência . . . . .	363
III – Prerrogativa de função nos Juizados Especiais . . . . .	364
IV – Prevenção pela distribuição do termo circunstanciado . . . . .	365
14.4.3.3. Dos juízes: togados e leigos . . . . .	365
14.4.3.4. Turmas de julgamento . . . . .	366
14.4.3.5. Juizados Especiais Criminais Federais (Lei nº 10.259/01) . . . . .	367
14.4.3.5.1. Aspectos introdutórios: a polêmica sobre a derrogação do art. 61 da Lei nº 9.099/95. . . . .	367
14.4.3.5.2. A pena máxima não superior a dois anos ou multa. . . . .	373
14.4.4. Comunicação dos atos do processo. . . . .	374
14.4.4.1. Aspectos gerais . . . . .	374
14.4.4.2. Da citação. . . . .	375
14.4.4.3. Das intimações e notificações . . . . .	375
14.4.4.4. Nulidade dos atos processuais . . . . .	375
14.4.5. Procedimentos e suas peculiaridades . . . . .	376
14.4.5.1. Termo circunstanciado . . . . .	376
14.4.5.2. Conciliação no juizado especial criminal . . . . .	376
14.4.5.2.1. Renúncia e reparação do dano . . . . .	377
14.4.5.2.2. Conciliação extrajudicial e renúncia tácita . . . . .	379
14.4.5.2.3. Transação e insanidade mental do agente . . . . .	380
14.4.5.2.4. Violência doméstica e JECRIM (Lei nº 10.455/02) . . . . .	380
14.4.5.3. Proposta do Ministério Público, transação e homologação . . . . .	381
14.4.5.3.1. Aspectos gerais . . . . .	381
14.4.5.3.2. Condenação por sentença definitiva, à pena privativa de liberdade, pela prática de crime. . . . .	382
14.4.5.3.3. Natureza da proposta do Ministério Público. . . . .	384
14.4.5.3.4. Transação penal: discricionário ou direito subjetivo? . . . . .	391
14.4.5.3.5. Transação e infração de alçada privada . . . . .	393
14.4.5.3.6. Transação no Código de Trânsito Brasileiro. . . . .	394
14.4.5.3.7. Arquivamento . . . . .	395
14.4.5.4. Procedimento sumaríssimo . . . . .	397
14.4.5.4.1. Denúncia oral . . . . .	397
14.4.5.4.2. Audiência de instrução e julgamento . . . . .	398
a) Aspectos gerais e defesa preliminar . . . . .	398
b) Recebimento da denúncia . . . . .	400

c) Oitiva de testemunhas . . . . .	400
d) Interrogatório. . . . .	401
e) Debates orais . . . . .	402
f) Sentença . . . . .	405
g) Superveniência de fato novo e pena mais gravosa . . . . .	407
14.4.5.5. Recursos . . . . .	408
14.4.5.5.1. Da apelação . . . . .	408
14.4.5.5.2. Os embargos de declaração. . . . .	409
14.4.5.5.3. Dos demais recursos, <i>habeas corpus</i> e revisão criminal. . . . .	410
14.4.5.6. Execução . . . . .	411
14.4.6. Suspensão condicional do processo . . . . .	412
14.4.6.1. Introdução . . . . .	412
14.4.6.2. Requisitos e condições para a suspensão condicional do processo . . . . .	413
14.4.6.2.1. Requisitos: aspectos introdutórios . . . . .	413
14.4.6.2.2. Crimes com a pena mínima igual ou inferior a um ano . . . . .	413
I – Concurso de crimes (material, formal e crime continuado) . . . . .	413
II – Agravantes e causas especiais de aumento de pena . . . . .	414
III – Tentativa . . . . .	415
14.4.6.2.3. Processo por crime doloso . . . . .	415
14.4.6.2.4. O princípio do estado de inocência. . . . .	416
14.4.6.2.5. Condenação por crime doloso. . . . .	417
14.4.6.2.6. Demais hipóteses do art. 77 do Código Penal . . . . .	418
14.4.6.3. A suspensão e a ação penal privada . . . . .	420
14.4.6.4. Suspensão condicional do processo na Justiça Militar . . . . .	420
14.4.6.5. Suspensão condicional do processo e os crimes ambientais . . . . .	421
14.4.6.6. Suspensão do processo: crimes contra a ordem econômica e Código de Consumidor. . . . .	422
14.4.6.7. Condições durante o período de suspensão . . . . .	422
14.4.6.7.1. Condições obrigatórias . . . . .	422
14.4.6.7.2. Condições judiciais ou facultativas . . . . .	423
14.4.6.8. Concessão à revelia do Ministério Público . . . . .	424
14.4.6.9. Controle judicial da atuação do Ministério Público. . . . .	428
14.4.6.9.1. Considerações iniciais. . . . .	428
14.4.6.9.2. Interpretação analógica do art. 28 do CPP . . . . .	429
14.4.6.10. Revogação da suspensão . . . . .	431
14.4.6.10.1. Aspectos gerais e suspensão da prescrição . . . . .	431
14.4.6.10.2. Revogação obrigatória . . . . .	431
14.4.6.10.3. Revogação facultativa. . . . .	432
14.4.6.11. Extinção da punibilidade: hipóteses e momento . . . . .	432
14.4.6.12. Suspensão condicional do processo: processos em andamento; desclassificação e suspensão do processo. . . . .	434
14.4.6.13. Decadência nos processos em andamento (art. 91) . . . . .	439
14.5. Procedimento dos Delitos Apenados com Detenção . . . . .	439
14.6. Procedimento dos Crimes de Abuso de Autoridade . . . . .	440
14.6.1. Procedimento propriamente dito. . . . .	440
14.6.2. Generalidades da lei . . . . .	441
14.6.3. Competência . . . . .	443
14.7. Procedimento dos Crimes Dolosos contra a Vida . . . . .	443
14.7.1. Aspectos introdutórios: fundamentos constitucionais . . . . .	443

14.7.1.1. Soberania dos veredictos . . . . .	444
14.7.1.2. Sigilo nas votações. . . . .	446
14.7.1.3. Plenitude do direito de defesa . . . . .	447
14.7.1.4. Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida: questões controvertidas. . . . .	447
14.7.1.5. O Tribunal do Júri na Justiça Federal . . . . .	448
14.7.2. Características do Tribunal do Júri . . . . .	449
14.7.3. <i>Judicium accusationis</i> ou sumário de culpa . . . . .	450
14.7.4. Encerramento do <i>judicium accusationis</i> . . . . .	452
14.7.4.1. Impronúncia (art. 409, CPP) . . . . .	452
14.7.4.2. Desclassificação (art. 410, CPP) . . . . .	453
14.7.4.3. Absolvição sumária (art. 411, CPP). . . . .	455
14.7.4.4. Pronúncia (art. 408, CPP) . . . . .	457
14.7.4.4.1. Aspectos gerais . . . . .	457
14.7.4.4.2. Efeitos da pronúncia . . . . .	459
14.7.4.4.3. A pronúncia e o crime conexo . . . . .	459
14.7.4.4.4. Intimação da pronúncia. . . . .	460
14.7.5. <i>Judicium causae</i> (segunda fase do procedimento) . . . . .	461
14.7.5.1. Introdução . . . . .	461
14.7.5.2. Libelo-crime. . . . .	462
14.7.5.2.1. Requisitos e prazo . . . . .	463
14.7.5.2.2. Recebimento do libelo e sua contrariedade . . . . .	464
14.7.5.2.3. Recusa do oferecimento do libelo pelo MP . . . . .	464
14.7.5.3. Justificações . . . . .	466
14.7.5.4. Desaforamento . . . . .	466
14.7.5.4.1. Casos de desaforamento . . . . .	466
14.7.5.4.2. Procedimento do desaforamento. . . . .	468
14.7.5.5. Organização do júri . . . . .	469
14.7.5.5.1. Aspectos gerais . . . . .	469
14.7.5.5.2. Jurado, sua função e responsabilidade . . . . .	469
14.7.5.5.3. Juiz-Presidente . . . . .	470
14.7.5.5.4. Ordem dos julgamentos . . . . .	471
14.7.5.5.5. Sorteio de 21 jurados . . . . .	472
14.7.5.5.6. Sessão de julgamento – instalação . . . . .	472
14.7.5.5.7. Sessão de julgamento – pregão e adiamento. . . . .	472
14.7.5.5.8. Sessão de julgamento. Princípios. Advertências. . . . .	473
14.7.5.5.9. Sorteio do Conselho de Sentença . . . . .	474
14.7.5.5.10. Sessão de julgamento – procedimento . . . . .	474
I – A admissibilidade dos apartes . . . . .	476
14.7.5.6. Julgamento – questionário . . . . .	477
14.7.5.6.1. Quesitos – aspectos gerais . . . . .	477
14.7.5.6.2. Quesitos – forma e ordem. . . . .	477
14.7.5.6.3. Quesitos – ordem e prejudicialidade. . . . .	478
14.7.5.6.4. Quesito sobre falso testemunho . . . . .	479
14.7.5.7. Julgamento – sentença . . . . .	479
14.7.5.7.1. Sentença condenatória . . . . .	479
14.7.5.7.2. Desclassificação própria e seus reflexos na Lei nº 9.099/95 . . . . .	480
14.7.5.7.3. Desclassificação imprópria. . . . .	481
14.7.5.7.4. Efeitos do julgamento – conexão . . . . .	482
14.7.5.7.5. Sentença absolutória . . . . .	483

14.7.5.7.6. Absolvição imprópria . . . . .	484
14.7.6. Dos atos essenciais e da ata de julgamento . . . . .	485
14.7.6.1. Dos atos essenciais . . . . .	485
14.7.6.2. Importância de uma ata de julgamento . . . . .	486
14.7.7. Oralidade no procedimento do júri . . . . .	488
14.8. Procedimento da Lei de Tóxicos (Leis nºs 6.368/76 e 10.409/02). . . . .	491
14.8.1. Introdução: aspectos processuais . . . . .	491
14.8.2. A controvérsia sobre a revogação da Lei nº 6.368/76. . . . .	492
14.8.3. Generalidades . . . . .	493
14.8.3.1. Auto de constatação e laudo definitivo . . . . .	493
14.8.3.2. Dependência químico-toxicológica . . . . .	494
14.8.3.3. Liberdade provisória e tráfico . . . . .	494
14.8.3.4. Regime de cumprimento de pena. . . . .	495
14.8.3.5. Substituição da pena privativa de liberdade por multa . . . . .	496
14.8.3.6. Competência, conexão e continência . . . . .	497
14.8.4. Perda dos instrumentos do crime . . . . .	497
14.8.5. O seqüestro do produto do crime . . . . .	498
14.9. Procedimento da Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/67) . . . . .	498
14.9.1. Introdução . . . . .	498
14.9.2. Tipicidade . . . . .	499
14.9.3. Procedimento . . . . .	500
14.9.3.1. Ação penal . . . . .	500
14.9.3.2. Documentos obrigatórios . . . . .	500
14.9.3.3. Citação e defesa preliminar . . . . .	500
14.9.3.4. Exceção da verdade . . . . .	501
14.9.3.5. Audiência de instrução e julgamento. . . . .	501
14.9.3.6. Julgamento . . . . .	502
14.9.3.7. Responsabilidade penal . . . . .	502
14.9.4. Generalidades . . . . .	502
14.9.4.1. Interpelação judicial e direito de resposta . . . . .	502
14.9.4.1.1. Interpelação judicial . . . . .	502
14.9.4.1.2. Direito de resposta . . . . .	503
14.9.4.1.3. Retratação do ofensor . . . . .	504
14.9.4.2. Prescrição da pretensão punitiva e executória . . . . .	505
14.9.5. Competência . . . . .	505
14.10. Crimes contra a Honra . . . . .	506
14.10.1. Introdução . . . . .	506
14.10.2. Procedimento. Conciliação. Exceção da verdade . . . . .	506
14.11. Responsabilidade de Funcionários Públicos . . . . .	507
14.11.1. Introdução . . . . .	507
14.11.2. Procedimento. Generalidades . . . . .	508
14.12. Procedimento dos Crimes contra a Propriedade Imaterial. . . . .	509
14.12.1. Considerações gerais . . . . .	509
14.12.2. Ação penal . . . . .	510
14.13. Procedimento dos Crimes Falimentares . . . . .	511
14.13.1. Considerações gerais . . . . .	511
14.14. Procedimento dos Crimes Falimentares . . . . .	512
14.14.1. Considerações gerais . . . . .	512
Capítulo XV – Sentença e Coisa Julgada . . . . .	515
15.1. Definição . . . . .	515

15.2. Requisitos Formais .....	516
15.2.1. Intrínsecos .....	516
15.2.2. Requisitos extrínsecos .....	519
15.2.3. Declaração da sentença .....	519
15.2.4. Correlação entre imputação e sentença .....	520
15.2.4.1. <i>Emendatio libelli</i> (art. 383, CPP) .....	520
15.2.4.2. <i>Mutatio libelli</i> .....	520
15.2.4.2.1. <i>Mutatio libelli</i> sem aditamento (art. 384, <i>caput</i> , CPP) .....	520
15.2.4.2.2. <i>Mutatio libelli</i> com aditamento (art. 384, parágrafo único, CPP) .....	523
15.2.4.3. Generalidades sobre o tema .....	523
15.2.4.3.1. Recusa do promotor em aditar .....	523
15.2.4.3.2. Aditamento pelo promotor de ofício .....	524
15.2.4.3.3. Ação privada e <i>mutatio libelli</i> .....	524
15.2.4.3.4. Fato conhecido à época da denúncia .....	524
15.2.4.3.5. <i>Mutatio libelli</i> em segunda instância .....	524
15.2.4.3.6. <i>Mutatio libelli</i> e supressão de fato descrito na denúncia .....	525
15.2.4.3.7. <i>Mutatio libelli</i> e suspensão condicional do processo .....	525
15.2.4.3.8. <i>Mutatio libelli</i> no limiar da ação penal .....	526
15.2.5. Tipos de sentença .....	527
15.2.5.1. Condenatória .....	527
15.2.5.2. Absolutória imprópria .....	529
15.2.5.3. Absolutória (art. 386, CPP) .....	529
15.2.5.3.1. Provada a inexistência do fato .....	529
15.2.5.3.2. Não haver prova da existência do fato .....	529
15.2.5.3.3. Não constituir o fato infração penal .....	529
15.2.5.3.4. Prova do concurso do réu .....	530
15.2.5.3.5. Circunstância que exclua ou isente o réu de pena .....	530
15.2.5.3.6. Não existir prova suficiente para a condenação .....	531
15.2.6. Intimação da sentença .....	532
15.2.7. Súmula vinculante .....	532
15.3. Coisa Julgada .....	533
15.3.1. Fundamento .....	533
15.3.2. Limites da coisa julgada .....	534
15.3.2.1. Limites subjetivos .....	534
15.3.2.2. Limites objetivos .....	534
Capítulo XVI – Recursos no Processo Penal .....	535
16.1. Recursos – Aspectos Gerais .....	535
16.1.1. Fundamento e natureza jurídica .....	535
16.2. Tipos de Recurso .....	537
16.2.1. Recurso voluntário .....	537
16.2.2. A voluntariedade e o recurso do Ministério Público .....	537
16.2.3. Recurso necessário ou de ofício .....	538
16.3. Efeitos dos Recursos .....	539
16.3.1. Devolutivo .....	539
16.3.2. Suspensivo .....	540
16.3.3. Efeito regressivo .....	540
16.3.4. Efeito extensivo ou comunicabilidade .....	541
16.3.5. Efeito substitutivo .....	541
16.3.6. Efeito expansivo dos recursos .....	541
16.4. Pressupostos dos Recursos .....	542

16.4.1. Pressuposto lógico	542
16.4.2. Pressuposto fundamental	542
16.4.3. Pressupostos objetivos	543
16.4.3.1. Previsão legal	543
16.4.3.2. Tempestividade	543
16.4.3.3. Adequação	544
16.4.3.4. Regularidade formal	544
16.4.4. Pressupostos subjetivos	544
16.4.4.1. Interesse	544
16.4.4.2. Legitimidade (Ministério Público e assistente de acusação)	546
16.4.5. Juízo de admissibilidade	548
16.4.6. Extinção anormal dos recursos	549
16.4.6.1. Falta de preparo	549
16.4.6.2. Apelo em liberdade e deserção	549
16.4.6.3. Desistência	551
16.4.7. Princípios dos recursos	551
16.4.7.1. Fungibilidade	551
16.4.7.2. Unirrecorribilidade	552
16.4.7.3. Princípio do duplo grau de jurisdição	552
16.4.7.4. Princípio da dialeticidade	553
16.4.7.5. Princípio da voluntariedade	553
16.4.7.6. Regra do <i>tantum devolutum quantum appellatum</i>	553
16.5. Recurso em Sentido Estrito	555
16.5.1. Introdução	555
16.5.2. Hipóteses de cabimento	555
16.5.2.1. Aspectos gerais	555
16.5.2.2. Hipóteses do art. 581 do Código de Processo Penal	556
16.5.3. Forma de interposição e processamento	560
16.6. Apelação	561
16.6.1. Introdução: prazo e interposição	561
16.6.2. Hipóteses de cabimento	561
16.6.3. Processamento	563
16.6.3.1. Em primeira instância	563
16.6.3.2. Processamento no tribunal	564
16.6.3.2.1. Apelação sumária	564
16.6.3.2.2. Apelação ordinária	564
16.6.3.2.3. Embargos infringentes e de nulidade	564
16.6.4. Efeitos da apelação	566
16.6.5. Generalidades	566
16.6.5.1. Abrangência da apelação	566
16.6.5.2. Extensão do apelo do Ministério Público	566
16.6.6. Apelação no procedimento das infrações de menor potencial ofensivo	566
16.7. Protesto por Novo Júri	568
16.7.1. Introdução	568
16.7.2. Prazo e forma de interposição	568
16.7.3. Novo julgamento	568
16.7.4. Generalidades	569
16.7.4.1. <i>Reformatio in pejus</i> indireta	569
16.7.4.2. Protesto em 2ª instância	569
16.7.4.3. Protesto e apelação	570
16.8. Carta Testemunhável	570



16.8.1. Introdução e cabimento .....	570
16.8.2. Interposição e processamento .....	570
16.9. Reclamação e Correição Parcial .....	571
16.9.1. Da reclamação .....	571
16.9.2. Correição parcial .....	573
16.9.2.1. Noções gerais .....	573
16.9.2.2. Procedimento .....	574
16.10. Recurso Especial .....	575
16.10.1. Conceito .....	575
16.10.2. Hipóteses de cabimento e prequestionamento .....	575
16.10.2.1. Prequestionamento .....	575
16.10.2.2. Contrariar ou negar vigência à lei federal .....	576
16.10.2.3. Julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da lei federal .....	577
16.10.2.4. Dar à lei federal interpretação divergente a que lhe tenha dado outro tribunal .....	577
16.10.3. Prazo, forma de interposição e efeitos .....	577
16.11. Recurso Extraordinário .....	578
16.11.1. Conceito .....	578
16.11.2. Hipóteses de cabimento e prequestionamento .....	579
16.11.2.1. Prequestionamento .....	579
16.11.2.2. Contrariedade de dispositivo da Constituição Federal .....	579
16.11.2.3. Declarar inconstitucionalidade de tratado ou lei federal e julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição .....	580
16.11.2.4. Considerações gerais .....	580
16.11.3. Forma de interposição e prazo .....	580
Capítulo XVII – <i>Habeas Corpus</i> .....	581
17.1. Introdução .....	581
17.1.1. Breve histórico .....	581
17.1.2. Doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> .....	582
17.2. Natureza Jurídica .....	583
17.3. Espécies .....	585
17.4. Condições para Propositura da Ação .....	586
17.4.1. Do paciente .....	586
17.4.2. Legitimação ativa .....	587
17.4.3. Legitimação passiva (autoridade coatora) .....	590
17.4.3.1. Aspectos gerais .....	590
17.4.3.2. <i>Habeas corpus</i> contra ato particular .....	590
17.4.3.3. <i>Habeas corpus</i> contra ato do Promotor de Justiça .....	592
17.4.4. Possibilidade jurídica do pedido .....	593
17.4.4.1. Estado de sítio .....	593
17.4.4.2. Prisão disciplinar militar .....	594
17.4.4.3. Prisão administrativa .....	594
17.4.4.4. Prisão civil .....	595
17.4.4.4.1. Constitucionalidade da prisão do falido .....	596
17.4.5. Interesse de agir .....	598
17.5. Hipóteses Legais de Impetração .....	598
17.5.1. Quando não houver justa causa .....	599
17.5.1.1. Justa causa e inquérito policial .....	601
17.5.1.1.1. Aspectos gerais .....	601
17.5.1.1.2. Excesso de prazo no inquérito .....	603

17.5.1.1.3. Identificação criminal . . . . .	604
17.5.2. Preso por mais tempo do que a lei determina . . . . .	605
17.5.3. Incompetência para determinar a medida . . . . .	607
17.5.4. Cessação do motivo que autorizou a coação . . . . .	609
17.5.5. Não-concessão de fiança admitida por lei . . . . .	610
17.5.6. Quando o processo for manifestamente nulo . . . . .	611
17.5.6.1. Aspectos gerais . . . . .	611
17.5.6.2. Inépcia da denúncia . . . . .	611
17.5.6.3. Ausência de defesa . . . . .	613
17.5.6.3.1. aspectos gerais . . . . .	613
17.5.7. Quando estiver extinta a punibilidade . . . . .	613
17.5.7.1. Aspectos gerais . . . . .	613
17.6. Competência para o Julgamento . . . . .	614
17.7. Requisitos da Petição e Procedimento . . . . .	616
17.7.1. Requisitos da petição . . . . .	616
17.7.2. Procedimento do <i>habeas corpus</i> . . . . .	617
17.7.2.1. Aspectos gerais . . . . .	617
17.7.2.2. Liminar em <i>habeas corpus</i> . . . . .	618
17.7.2.3. Intervenção do Ministério Público . . . . .	618
17.8. Generalidades . . . . .	618
17.8.1. Dos recursos em face da decisão em <i>habeas corpus</i> . . . . .	618
17.8.2. Sentença condenatória e <i>habeas corpus</i> . . . . .	619
17.8.2.1. Fixação e dosimetria das penas . . . . .	619
17.8.2.2. Denegação do <i>sursis</i> . . . . .	620
17.8.2.3. <i>Habeas corpus</i> como sucedâneo de recurso . . . . .	621
17.8.3. Reiteração do pedido . . . . .	623
17.9. <i>Habeas Corpus</i> e Revisão Criminal . . . . .	623
17.9.1. Revisão e <i>habeas corpus</i> . . . . .	623
17.10. <i>Habeas corpus</i> e Mandado de Segurança . . . . .	624
17.11. <i>Habeas corpus</i> no Processo de Execução . . . . .	626
Capítulo XVIII – Revisão Criminal . . . . .	629
18.1. Conceito . . . . .	629
18.2. Natureza Jurídica . . . . .	629
18.3. Legitimidade Ativa . . . . .	630
18.4. Momento do Pedido . . . . .	631
18.5. Cabimento da Revisão . . . . .	631
18.5.1. Sentença condenatória e absolutória imprópria . . . . .	631
18.5.2. Esgotamento das vias recursais . . . . .	632
18.5.3. Revisão e decisão do júri . . . . .	632
18.5.4. Revisão <i>pro societate</i> . . . . .	632
18.6. Hipóteses de Admissibilidade . . . . .	632
18.6.1. Aspectos gerais . . . . .	632
18.6.1.1. Sentença contrária à lei ou evidência dos autos . . . . .	633
18.6.1.2. Falsidade de documentos, exames e depoimentos . . . . .	634
18.6.1.3. Surgimento de novas provas de inocência . . . . .	634
18.7. Reiteração do Pedido . . . . .	635
18.8. Competência . . . . .	635
18.9. Processamento . . . . .	635
18.10. Conseqüências da Procedência da Revisão . . . . .	636
18.10.1. Das decisões proferidas em revisão . . . . .	636

18.10.2. <i>Reformatio in pejus</i> indireta .....	636
18.10.3. Revisão e sua extensão ao co-réu .....	636
18.10.4. Indenização .....	637

## Capítulo XIX – Nulidades no Processo Penal .....

19.1. Introdução .....	639
19.1.1. Sistema legal das nulidades .....	640
19.1.2. Das nulidades .....	641
19.1.2.1. Incompetência, suspeição ou suborno do juiz .....	641
19.1.2.2. Ilegitimidade de parte .....	642
19.1.2.3. Falta das fórmulas ou dos termos .....	642
19.1.2.3.1. Ausência da denúncia, da queixa-crime e da representação .....	642
19.1.2.3.2. Exame de corpo de delito .....	643
19.1.2.3.3. Nomeação de defensor ao réu .....	643
19.1.2.3.4. Intervenção do Ministério Público .....	644
19.1.2.3.5. Citação e interrogatório do réu .....	645
19.1.2.3.6. Prazos da acusação e da defesa .....	645
19.1.2.3.7. Nulidades no procedimento do júri .....	646
19.1.2.3.8. Sentença .....	647
19.1.2.3.9. Recursos .....	647
19.1.2.3.10. Quórum de julgamento nos tribunais .....	647
19.1.2.4. Omissão de formalidade essencial do ato .....	647
19.1.2.5. Arguição e saneamento das nulidades .....	648

## Capítulo XX – Execução Penal .....

20.1. Introdução .....	651
20.2. Individualização da Pena .....	652
20.3. Do Preso: Assistência e Trabalho, Direitos, Deveres e Faltas Disciplinares .....	653
20.3.1. Assistência: conceito e finalidade .....	653
20.3.1.1. Da assistência material .....	653
20.3.1.2. Assistência à saúde .....	654
20.3.1.3. Assistência jurídica .....	654
20.3.1.4. Assistência educacional .....	654
20.3.1.5. Assistência social .....	654
20.3.1.6. Assistência religiosa .....	655
20.3.1.7. Assistência ao egresso .....	655
20.3.2. Trabalho do preso .....	655
20.3.2.1. Trabalho interno .....	656
20.3.2.2. Trabalho externo .....	656
20.3.3. Dos deveres .....	656
20.3.3.1. Das faltas disciplinares e o regime disciplinar diferenciado .....	657
20.3.4. Dos direitos .....	657
20.4. Dos Órgãos da Execução Penal .....	657
20.4.1. Do juízo das execuções .....	657
20.4.2. Do Ministério Público .....	658
20.4.3. Do Conselho Penitenciário .....	658
20.4.4. Do Conselho Nacional de Política Criminal .....	658
20.4.5. Dos departamentos penitenciários .....	659
20.4.6. Do patronato .....	659
20.4.7. Conselho da comunidade .....	659
20.5. Estabelecimentos Penais .....	659

20.5.1. Penitenciária de segurança máxima ou média	660
20.5.2. Colônia penal agrícola	660
20.5.3. Casa de albergados	660
20.5.4. Prisão domiciliar	660
20.5.5. Cadeias públicas	662
20.5.6. Hospital de custódia e tratamento	662
20.5.7. Centros de observação	662
20.6. Execução da Pena Privativa de Liberdade	662
20.6.1. Progressão no regime	663
20.6.2. Regressão no regime	669
20.6.3. Regime prisional e crimes hediondos	670
20.6.4. Execução provisória	673
20.7. Livramento Condicional	674
20.7.1. Introdução	674
20.7.2. Requisitos	674
20.7.2.1. Objetivos	674
20.7.2.2. Subjetivos	675
20.7.3. Condições do livramento	675
20.7.3.1. Condições obrigatórias	675
20.7.3.2. Condições facultativas	676
20.7.4. Revogação do livramento	676
20.7.4.1. Revogação obrigatória	676
20.7.4.2. Revogação facultativa (art. 87, CP)	676
20.7.5. Efeitos da revogação	677
20.7.5.1. Crime anterior à vigência do livramento	677
20.7.5.2. Crime na vigência do livramento ou outro motivo	677
20.7.6. Prorrogação do período de prova	677
20.7.7. Sentença de extinção da pena	678
20.8. Penas Restritivas de Direito	678
20.8.1. Considerações gerais	678
20.8.2. Crimes hediondos e assemelhados	680
20.8.3. Prestação de serviços à comunidade	682
20.8.4. Limitação de fim de semana	683
20.8.5. Interdição temporária de direitos	683
20.8.5.1. Considerações gerais	683
20.8.5.2. Execução da interdição temporária de direitos	683
20.8.5.3. Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo	684
20.8.6. Prestação pecuniária e perda de bens ou valores (da multa reparatória)	684
20.8.7. Conversão das penas restritivas de direitos	686
20.9. Suspensão Condicional da Pena	687
20.9.1. Introdução	687
20.9.2. Formas de <i>sursis</i> , seus requisitos e condições	688
20.9.2.1. Requisitos e condições	688
20.9.2.2. Fixação das condições	689
20.9.2.3. Período de prova	689
20.9.3. Audiência admonitória	690
20.9.4. Revogação do <i>sursis</i>	690
20.9.4.1. Revogação obrigatória	690
20.9.4.2. Revogação facultativa	691
20.9.5. Prorrogação do período de prova	691
20.9.6. Extinção da pena	692

20.10. Execução da Pena de Multa . . . . .	692
20.10.1. Pena de multa . . . . .	692
20.10.2. Processo de execução e a Lei nº 9.268/96 . . . . .	693
20.11. Remição . . . . .	696
20.11.1. Introdução . . . . .	696
20.11.2. Trabalho efetivo . . . . .	697
20.11.3. Revogação do tempo remido . . . . .	698
20.11.4. Momento do pedido . . . . .	698
20.12. Unificação das Penas . . . . .	699
20.12.1. Introdução . . . . .	699
20.12.2. Unificação e outros benefícios . . . . .	699
20.13. Detração Penal . . . . .	700
20.13.1. Conceito . . . . .	700
20.13.2. Aplicabilidade . . . . .	700
20.13.3. Detração e pena restritiva de direito . . . . .	701
20.14. Medidas de Segurança . . . . .	701
20.14.1. Cessação da periculosidade . . . . .	702
20.14.2. Desinternação ou liberação condicional . . . . .	702
20.14.3. Aplicação da medida de segurança após a sentença . . . . .	702
20.15. Excesso e Desvio na Execução . . . . .	703
20.16. Anistia e Indulto . . . . .	703
20.17. Recurso em Execução . . . . .	704
Bibliografia . . . . .	705